

**ESTRUTURA FONOLÓGICA
DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
E DA LÍNGUA PORTUGUESA:
QUESTÕES SOBRE A (IN)DEPENDÊNCIA
NA ESTRUTURA LINGUÍSTICA**

Robervaldo Correia dos Santos (UFRB)

bem_fsa@hotmail.com

Geisa Borges da Costa (UFRB)

geicosta@ufrb.edu.br

1. Introdução

Desde o século XX, mais especificamente na década de 60, as línguas de sinais receberam status linguístico a partir dos estudos pioneiro do linguista americano Stokoe (FERREIRA, 2010).

Em 24 de abril de 2002, foi promulgada a Lei 10.436, que tornou a língua brasileira de sinais (doravante libras), como língua oficial da comunidade surda brasileira. Em 22 de dezembro de 2005, foi publicado o Decreto 5.626, que regulamentava a referida lei.

Apesar da regulamentação, existe a ideia, socialmente construída, de que a libras não é língua natural e que há uma correlação de dependência com a língua portuguesa. Diante disso, este trabalho pretende investigar o seguinte problema: haverá uma relação de dependência da libras com a língua portuguesa (doravante LP), ao menos no que tange ao sistema fonológico? Algumas hipóteses levantadas aqui são: a) não há essa dependência, uma vez que os sistemas fonológicos das duas línguas são distintos; b) a estrutura fonológica da libras tem propriedades que estão presentes em qualquer língua natural.

O objetivo deste trabalho é reafirmar que a libras possui estrutura fonológica própria e independe da LP, desmistificando a ideia de que a libras é uma versão sinalizada da mesma. Daí, a importância deste trabalho: divulgar a autonomia da libras enquanto língua, favorecendo o processo de inclusão social da pessoa surda.

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: o primeiro tópico discute o status linguístico das línguas de sinais e da libras; o segundo, os aspectos fonológicos da libras; o terceiro, alguns aspectos fonológicos da LP. Por fim, realizar-se-á uma análise dos aspectos fonológicos das lín-

guas em questão. Este trabalho baseia-se nas considerações teóricas de autores como Ferreira (2010); Gesser (2009); Silva (2009) e Quadros (2004).

2. *Status linguístico das línguas de sinais e da libras*

As línguas naturais e artificiais fazem parte da linguagem. No entanto, as línguas artificiais se diferem das línguas naturais, pois, “consideram-se “artificiais” as línguas construídas e estabelecidas por um grupo de indivíduos com algum propósito” (GESSER, 2009, p. 12), como por exemplo: o esperanto. As línguas naturais surgem naturalmente em meio a uma comunidade, pelo próprio contato dos falantes com a língua de sua cultura, como cita Lopes, referindo-se às línguas naturais e à cultura.

Assim, as línguas naturais não são um decalque nem uma rotulção da realidade; elas delimitam aspectos de experiências vividas por cada povo, e estas experiências, como as línguas, não coincidem, necessariamente, de uma região para outra (LOPES, 2001, p. 22).

Sendo assim, percebe-se que as línguas naturais têm amplas ligações com a cultura do povo que a produz, o que é diferente com as línguas artificiais, as quais são apenas um sistema de comunicação restrito para atender necessidades específicas de um povo. E o aspecto diferencial mais relevante entre elas é a estrutura existente nas línguas naturais, que é formada por sistemas linguísticos, como: fonético e fonológico, morfológico, sintático e semântico.

Considerando as diferenças entre línguas naturais e artificiais, podemos dizer que “as línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma serie de característica que lhes atribuem caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação” (QUADROS, 2004, p. 30). Assim, as línguas de sinais se situam entre as línguas naturais, com estruturas próprias, permitindo ao falante se expressar de acordo as necessidades.

3. *Aspectos fonológicos da libras*

As línguas naturais humanas se diferenciam da linguagem dos animais. Elas, as línguas naturais, se deixam decompor em unidades menores que as constitui. A libras, enquanto língua natural, possui as mesmas peculiaridades que as demais línguas naturais. Assim, é possível de-

compor a estrutura da libras em unidades menores que a compõe, possibilitando uma análise mais detalhada da língua.

A estrutura da libras deixa-se decompor tanto em nível textual/frasal como nos aspectos lexicais, morfológicos e fonológicos. Para esta análise, teremos como base as investigações clássicas dos estudos linguísticos da libras através de trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros como Ferreira (2010) e Quadros (2004) que, por sua vez, basearam-se em estudos de outras línguas de sinais.

Segundo Ferreira (2010), fazendo referência aos trabalhos de Klima e Bellugi (1979), assim “como as línguas orais, as línguas de sinais exibem a dupla articulação, isto é, unidades significativas ou morfemas, constituídas a partir de unidades arbitrárias e sem significados ou fonemas”. Segundo essa autora, a estrutura fonológica das línguas de sinais se organiza a partir de parâmetros visuais. Para Klima e Bellugi (1989 *apud* FERREIRA, 2010, p. 35-36), as principais diferenças entre as línguas de sinais e as línguas orais estão “em certas características da organização fonológica das duas modalidades: a linearidade, mais explorada nas línguas orais, e a simultaneidade, que é característica básica das línguas de sinais”.

Segundo esses autores referidos por Ferreira (2010), a estrutura fonológica da libras constitui-se a partir de parâmetros que se combinam com base na simultaneidade. A configuração da(s) mão(s) (CM), o ponto de articulação (PA) e o movimento (M) são parâmetros primários, e a região de contato, a orientação da(s) mão(s) e a disposição da(s) mão(s) são parâmetros secundários. No entanto, em seus trabalhos, Ferreira considera o parâmetro orientação das mãos como parâmetro primário na libras, salientando também a importância da expressão facial e o movimento do corpo, que são componentes não manuais.

Seguindo princípios universais das línguas naturais, as unidades dos parâmetros principais da libras equivalem aos fonemas nas línguas orais. Cada parâmetro dispõe de unidades mínimas distintivas para juntos formarem os sinais. Sendo assim, realizando-se a troca de uma unidade mínima que compõe o sinal, ter-se-á como consequência a mudança do sinal e de significado. Observa-se essa mudança em cada um dos pares de sinais apresentados a seguir, mudando apenas um par mínimo na composição de cada sinal. Vejamos os sinais *pedra/queijo*, *aprender/sábado*, *trabalhar/vídeo* e *justiça/marionete*:



(QUADROS, 2004. p.52)

A *configuração da(s) mão(s)* são as diversas formas que a(s) mão(s) toma(m) na realização dos sinais. A autora apresenta 46 configurações de mãos para libras e cada uma delas é um elemento distintivo. Os sinais referentes à *pedra* e *queijo* diferem quanto ao significado apenas no que tange a (CM), enquanto que as unidades dos outros parâmetros se mantem inalteráveis.



(QUADROS, 2004. p.52)

O *ponto de articulação* é o espaço onde os sinais são articulados, e que podem ser dois. Um no espaço em frente ao corpo, e o outro em uma região de contato do próprio corpo. Segundo Ferreira:

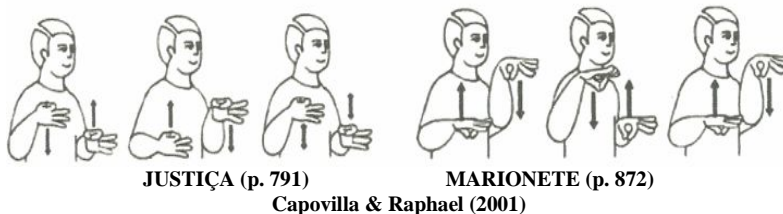
Os sinais realizados em contato ou próximos a determinadas partes do corpo pertencem, muitas vezes, a um campo semântico específico, organizados a partir de características icônicas. O que se refere à visão é realizado perto dos olhos; o que se refere à alimentação, perto da boca; o que se refere a sentimentos, perto do coração; o que se refere a raciocínio, perto da cabeça (FERREIRA, 2010, p. 38).

Os sinais *saber*, *entender*, *difícil* e *esquecer*, por exemplo, são realizados no ponto de articulação próximo à cabeça. Os sinais referentes a *sábado* e *aprender* demonstram o contraste do ponto de articulação, caracterizando que cada (PA) tem um valor também distinto e relevante nas atribuições de significados.



(QUADROS, 2004, p. 52)

O *movimento*, segundo Ferreira (2010), é um parâmetro complexo. Sendo assim, para nossa finalidade aqui, limitar-nos-emos, apenas, a um exemplo que comprove contraste desse parâmetro em um sinal, dando-lhe significado diferente. Os sinais para *trabalho* e *vídeo* se diferem no contraste de uma unidade mínima do parâmetro de movimento e são diferentes para cada um dos sinais apresentados.



Capovilla & Raphael (2001)

A *orientação da(s) mão(s)*, considerada por Ferreira como parâmetro primário, diz respeito à direção que a palma da mão aponta na realização do sinal. No entanto, segundo a autora, ainda é muito polêmica, entre os pesquisadores da área, a questão de considerar ou não este parâmetro como primário. Os sinais *justiça* e *marionete* se diferenciam quanto ao parâmetro de orientação da(s) mão(s). No sinal de *justiça*, as palmas das mãos se direcionam para os lados (contralateral), e no sinal *marionete*, a direção das palmas das mãos é para baixo.

Segundo Ferreira (2010):

É importante notar que tanto os parâmetros primários, como os secundários e os componentes não manuais podem estar presentes simultaneamente na organização do sinal. O sinal se realiza multidimensionalmente e não linearmente, como acontece, em geral, com as palavras orais, e sua realização necessita da presença simultânea de seus parâmetros (FERREIRA, 2010, p. 41).

Na análise dos parâmetros primários que constituem os sinais, observamos que a troca de pares mínimos contribui para a mudança de sinais e de significados. Para a autora, é imprescindível que, na estrutura e formação dos sinais, seja considerado não apenas os parâmetros primários, mas também, todos os aspectos, secundários e não-manuais, que contribuem para a composição semântica dos sinais. Segundo Ferreira (2010):

Dessa forma, os estudos linguísticos estarão mostrando também as especificidades próprias de uma língua de sinais, o que impossibilita o seu uso concomitantemente ao de uma língua oral, apesar de se processarem através de modalidades distintas e exclusivas. A estrutura conceitual e subjacente a cada uma das línguas (oral e de sinais) é própria de distintas visões de mundo e constitui-se em distintos veículos do pensamento. Isto torna difícil o ato de concatenar e pensar ideias através de dois sistemas diferentes ao mesmo tempo (FERREIRA, 2010, p. 15-16).

Percebe-se que é extremamente complexo e talvez impossível ao ser humano processar em seu cérebro a estrutura conceitual de duas línguas de modalidades diferentes (língua oral e língua de sinais) simultaneamente. A tentativa de se expressar em ambas as línguas ao mesmo tempo, provavelmente, faria com que a estrutura de uma dessas línguas prevalecesse sobre a outra.

4. Aspectos fonológicos da LP

Esta seção tratará de alguns aspectos fonológicos da língua portuguesa para mostrar como funcionam alguns constituintes fonético e fono-

lógicos e contrastar com os aspectos fonológicos da libras, apresentando as distinções entre elas. Para isso, vejamos alguns conceitos de fonética e fonologia:

Cabe a fonologia explicar o porquê de os falantes de alguns dialetos do português brasileiro considerarem como sendo o mesmo som as consoantes da palavra carta [ˈkarta] e [ˈkaRta], muito embora elas tenham pronúncias diferentes, sendo articulatória, acústica e perceptualmente distintas (SILVA, 2009, p. 18).

A fonologia é responsável pela interpretação dos resultados apresentados pela fonética (cf. CAGLIARI, 2002, p. 18). Assim, a fonética é responsável por estudar a parte física e articulatória da produção dos sons da fala humana. “A fonética é a ciência que apresenta os métodos para descrição, classificação e transcrição dos sons da fala” (SILVA, 2009, p. 23). Recorreremos à fonética, que estuda a parte física e articulatória dos sons da fala, apenas, quando se fizer necessário para uma descrição fonológica.

Assim, enquanto a fonética é descritiva, a fonologia é explicativa, interpretativa e sua análise baseia-se no valor dos sons dentro de uma língua, ou seja, na função linguística que eles desempenham nos sistemas de sons das línguas naturais.

A unidade mínima fonológica é o fonema que, por sua vez, é constituído de traços distintivos. O fonema por si só é desprovido de significado, no entanto por possuir traços distintivos exerce a função de distinguir palavras, como por exemplo, as palavras “gola/cola” e “mala/bala” que se diferenciam apenas em uma unidade mínima fonológica em cada palavra, /ˈgɔla/ e /ˈkɔla/, /ˈmala/ e /ˈbala/. Esses traços distintivos são as propriedades físicas da articulação do som da fala. Por exemplo, os fonemas /g/ e /k/ se distinguem na propriedade de vozeamento, em que foneticamente [g] é uma oclusiva velar vozeada e [k] é oclusiva velar desvozeada. Os traços distintivos são: o modo de articulação, o lugar de articulação, o vozeamento e a nasalidade.

Assim, o fonema, é composto por essas propriedades que se opõem, pois, sem a oposição desses traços não há fonema. Segundo Lopes,

a diferença fonética entre /t/ e /d/ é analisável em unidades fonéticas mínimas, discrimináveis sobre um mesmo eixo; no nosso exemplo /t/ e /d/ se opõem a partir das unidades fonéticas mínimas polares, *surda* vs *sonora*, discriminadas sobre o eixo da sonoridade (LOPES, 2001, p. 127).

Percebe-se que a diferença entre /t/ e /d/ se dá, apenas, em uma unidade mínima. Nas palavras “tia” e “dia” a cadeia sonora é idêntica, apresentando, também, fonemas distintos pelo contraste em ambiente idêntico.

Quando se tem um par de palavras em que há similaridade sonora e que não seja possível fazer o contraste em ambiente idêntico, ou seja, exista mais de uma diferença nos seguimentos das palavras, faz-se uma análise por contraste em ambiente análogo. Há contraste em ambiente análogo quando duas palavras de cadeia sonora similar e de significado diferente distinguem-se em mais de um fonema.

Portanto, o par de palavras “sumir / zunir” demonstra o contraste em ambiente análogo entre [s] e [z] em posição inicial. Outros exemplos seriam “sapato / zapata”; “sambar / zombar”. Eventualmente encontraríamos o par de palavras “cinco / zinco” que demonstra o contraste em ambiente idêntico entre [s] e [z] em posição inicial. Portanto, os indícios do status de fonema dos seguimentos [s] e [z] foram apontados pelo contraste em ambiente análogo – “sumir / zunir” – e confirmados por um par mínimo – “cinco / zinco” – que demonstra o contraste em ambiente idêntico (SILVA, 2009, p. 126-127).

Isso ocorre em palavras com significados diferentes. Todavia, existem casos em que ocorrem variações dos fonemas, mas essas variações não significam mudanças nas palavras, temos então, um alofone. Alofones são variações diferentes para um mesmo fonema, por exemplo: na palavra “tia” ocorre variações no fonema /t/ que pode ser pronunciado como [t \square] ou [t] dependendo do contexto, por isso são chamados variantes posicionais. Quando não dependem do contexto temos, então, variantes livres como nas palavras “ch[\square]colate” e “ch[o]colate”, que depende de fatores extralinguísticos.

Na LP, segundo Cagliari (2002, p. 38), “o fonema /t/ realiza-se com o alofone [t \square], diante de /i/ e com [t], nos demais casos”. Para representar a perda do contraste fonêmico na transcrição fonológica, utiliza-se o arquifonema.

A neutralização fonêmica ocorre quando há variação de um seguimento da palavra sem que esta mude seu significado. As palavras “mês”, “paz” e “gordo”, por influências extralinguísticas e do contexto, podem variar. Para essas palavras, a depender do dialeto, há possibilidades de diferentes realizações sem mudança de significado, podendo ser pronunciada como [ˈmes] ou [ˈme \square], cuja representação fonológica é /ˈmeS/, [ˈpas] ou [ˈpa \square], /ˈpaS/ e [ˈgo \square du] ou [ˈgo \square du], /ˈgoRdo/. Isso

no contexto de final de sílaba, não se aplicando, por exemplo, no início de palavras.

Assim, percebe-se, nessa breve análise, que a LP em seus aspectos fonológicos é uma língua que se deixa analisar em unidades mínimas, mostrando, com isso, que inquestionavelmente é uma língua natural e independente no que tange os seus aspectos estruturais.

É perceptível, também, que, apesar do aspecto predominantemente linear da LP no nível fonológico, para realização de um fonema, apresenta-se uma simultaneidade na produção dos feixes distintivos em níveis fonéticos, ou seja, ocorrem ao mesmo tempo à articulação do modo, lugar, vozeamento e a nasalidade.

Sendo assim, pode-se afirmar que uma característica importante das línguas naturais é o fato de estas poderem ser analisadas em unidades menores, conforme visto, tanto a libras quanto a LP, na estrutura fonético-fonológica.

5. Considerações finais

As análises realizadas sobre ambas as línguas, no que tange aos aspectos fonológicos, indicam que não há dependência da libras em relação à língua portuguesa (LP), uma vez que os sistemas fonológicos das duas línguas são distintos, principalmente quanto à característica básica de simultaneidade na realização dos fonemas para a formação de sinais da libras, e a linearidade na realização dos fonemas para a produção das palavras na LP.

A estrutura fonológica da libras possui propriedades que estão presentes em qualquer língua natural, como por exemplo, a propriedade de distinção entre os fonemas que se contrastam para formarem diferentes sinais, afirmando, assim, a sua condição de língua natural.

Este trabalho reafirma que a libras tem estrutura fonológica própria que se organiza a partir de parâmetros visuais, com “o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos” (Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002), não sendo aceitável a ideia de que a libras é uma versão sinalizada da LP. A insistência de alguns ouvintes em não aceitar a libras como uma língua natural e um instrumento de intera-

ção social entre seus usuários, é, sem dúvida, devido ao fato de a comunidade surda ser minoria em relação aos ouvintes.

Segundo Barthes (2007, p. 11), “o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social” e a língua, que é o código dessa legislação denominada linguagem, veicula o poder “não somente no Estado, nas classes sociais, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas” (BARTHES, 2007, p. 11). Daí, aqueles que veem a libras apenas como um instrumento para atingir o objetivo de continuar submetendo a pessoa surda a LP oral, utilizando-se de um suposto discurso de “inclusão”.

A libras não é um simples instrumento para aquisição da LP nas modalidades escrita ou oral. Ela é, prioritariamente, uma língua natural, através da qual a pessoa surda interage com o mundo, manifestando sua cultura por meio de experiências visuais.

A oficialização da libras garante o seu reconhecimento como meio legal de comunicação e expressão; no entanto, antes de ser oficializada, a libras já era a língua das comunidades surdas. Com a oficialização, a libras, na verdade, tornou-se a língua de todos os brasileiros que não pretendem reproduzir as velhas práticas de imposição da língua portuguesa às pessoas surdas.

Apesar de a libras ser, no Brasil, a língua natural da pessoa surda, e instituída oficialmente em Lei, ainda existe a ideia de que os surdos devam ser submetidos à utilização da língua majoritária dos ouvintes, no caso, a LP, para sua inclusão na sociedade.

Reafirmar a autonomia linguística da libras favorece o processo de inclusão social da pessoa surda, historicamente desfavorecida no contexto histórico-social. A emancipação desses sujeitos se materializa dentro dessa relação social de saber e poder à medida que a libras - enquanto língua - ocupa esses espaços na “consciência social”, nas relações entre surdos e ouvintes, funcionando como forma materializada do discurso.

Não se pretendeu, com este trabalho, esgotar o assunto ou considerar uma língua em vantagem ou desvantagem sobre a outra, e muito menos, advogar em prol de uma delas, mas sim, através de análises bibliográficas, desmistificar as ideias preconceituosas que se tem sobre a libras e oferecer algumas contribuições aos estudos linguísticos da libras, e conseqüentemente, à comunidade surda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone Moisés. 14ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BRASIL, *Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras, e o artigo 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Fernando Haddad, 2005.

BRASIL, *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Noções básicas: fonética e fonologia. In: _____. *Análise fonológica: Introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002, p. 17-50.

CAPOVILLA, F. C.; W. D. RAPHAEL. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008, 2 vols.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática da língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2001.

QUADROS, Ronice Muller de. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. In: QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Thais Cristóforo. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2009.